

Hebe Magalhães Castro de Tolosa e Andrade

Despertar a ira de poderosos não deve ser a intenção de quem quer que seja de bom senso. Mas recuar por medo ou covardia não pode ser o papel das pessoas de bem, assim como de todos aqueles que, firmemente, apesar de tudo, acreditam na força da estruturação democrática. O momento é de extrema oportunidade, uma vez que se discute a utilidade de alguns tribunais e se desencadeia debate mesclado de corporativismo.

Talvez da discussão venha a luz. A opinião popular ignora os trâmites ligados aos negócios da Justiça, os próprios tribunais, e, também — o que é pior — expõe a certeza de que o Brasil é um país injusto.

Os tribunais configuram-se inatingíveis para a maioria. Quando se toma consciência de que dezoito anos se passaram antes que os réus do chamado escândalo da mandioca fossem a julgamento, dói no coração a lembrança do assassinato de um jovem promotor público que se empenhava contra os desmandos do faroeste consolidado por “coronéis” no ofensivo desejo de tornar perene a vergonhosa concentração de renda

brasileira, roubando insolentemente os cofres públicos.

Nosso sentimento tem sido o da crescente impotência perante a prepotência e a onisciência do poder. Sabemos que a Justiça custa muito dinheiro. E custa duplamente, porque a sustentamos quase sempre de modo suntuoso e, mesmo assim, é ela possível apenas para poucos nesta nação de povo espoliado.

Observamos o crime prosperar e a honestidade ser debochada. Lemos cem mil histórias de propinas e de corrupção, democraticamente distribuídas, a fortalecer o escárnio contra os humildes. O nepotismo tem sido disseminado como forma de canalizar recursos públicos para o seio da família dos que chegam a algum poder.

Desconfortados, flagramos criminosos rindo, aviltantemente, para a “plebe ignara” que morre à míngua, certos da impunidade que o poder econômico lhes confere. E, por mais que digam ser a lentidão da Justiça fruto de ausência de pessoal qualificado e de tecnologia, não acreditamos nas desculpas. Justiça lenta é in-

justiça.

Injustiça tão grande e abrangente só nos leva a perguntar: de que tribunal falam os poderosos, que nada têm a ver com a realidade de quase toda a população brasileira? Essa é a dolorida verdade que põe em risco um dos pilares da democracia. E o que existe na base disso tudo? É mais que transparente: como se pode criar e defender instituições autônomas, tão ‘autônomas’ que se tornaram incontroláveis, mesmo vivendo às custas do erário público, do dinheiro arrancado do povo sofrido que os sustenta sem poder de controle algum?

Discute-se a necessidade da Justiça do Trabalho no país do desemprego, onde apenas se faz garantir emprego aos juízes classistas. Cria-se o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que ampara governos pré-falimentares e instituições transparentemente oportunistas. Mas não é dever do Estado promover a educação para todos os que, mesmo fora da idade, precisam estudar? Afinal, no país do desemprego, juízes também ameaçam a nação com greve para

elevar tetos salariais. Que Justiça é essa? O povo só sabe que, para a Justiça, não existem crimes tipificados, mas criminosos tipificados. Os diversos acórdãos estão aí a demonstrar que há crimes menos ou mais graves, dependendo de quem os pratica. E a aplicação da lei tem a ver, no todo, em parte, ou nunca, com o brilhantismo do defensor do réu.

É preciso, no entanto, não temer a morte e dar força aos que lutam por um Judiciário democrático para que o poder se faça em nome do povo, dele emane e em seu nome seja exercido. Esse é o maior escândalo que o Brasil precisa enfrentar com a atuação do Legislativo, doa em quem doer, sob pena de ser sempre um país sem respeito a si próprio, em eterna procura da credibilidade que nunca terá, a perpetuar-se sua busca exclusiva em cassinos financeiros, onde se joga contra a esperança de toda a humanidade.

■ Hebe Magalhães Castro de Tolosa e Andrade é presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas do Estado de São Paulo (Apaesp) e ex-secretária de Educação de São Paulo.